

**ATA DA 61ª (SEXAGÉSIMA PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE**

1 – Data, hora e local da realização:

Reunião realizada no dia 23 (vinte e três) do mês de fevereiro de 2021. Em atendimento às recomendações contidas nos Decretos nº 64.862/2020 e 64.864/2020, que tratam de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19, a 61ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, de modo “virtual”, por vídeo conferência, Microsoft Teams®, das 14hs às 17h40 horas.

2 – Participantes:

Afonso Antonio Hennel – membro do CAE
Elionor Farah Jreige Weffort – Coordenadora do CAE
Silverio Crestana – membro do CAE

Secretaria de Governança:

- Carolina Vilela Santoro de Castro Vianna Jacob
- Leila Cristina P. R. Serrano

3 - Assuntos:

3.1. - Auditoria Independente

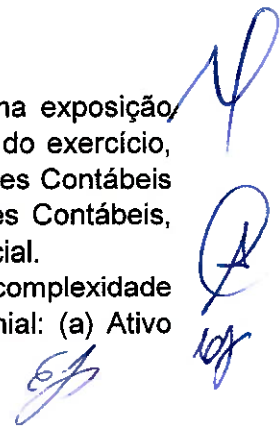
Convidados:

- Juliana Stark – Departamento de Auditoria Interna (DRAU)
- Erika Aparecida Siqueira Nanci – Departamento de Auditoria Interna (DRAU)
- Silas Alexandre de Souza – Departamento de Auditoria Interna (DRAU)
- Wesley Fernandes Tuaf Garcia – Russell Bedford
- Roger Maciel de Oliveira – Russell Bedford
- Eliane Resmini – Russell Bedford
- Fernanda Carolina Inácio – Russell Bedford
- Jorge Luiz Menezes Cereja – Russell Bedford

Documentos disponibilizados:

- Russell Bedford – Apresentação 19-02 – Planejamento Final
- Russel Bedford – Informações complementares – reunião janeiro 2021;
- Russell Bedford – resposta auditoria REFER;
- Russell Bedford – Status Relatórios.

Os Srs. Auditores Independentes participaram da reunião e fizeram uma exposição, sobre os trabalhos de auditoria nas contas referentes ao encerramento do exercício, destacando: (a) planejamento das atividades: auditoria das Demonstrações Contábeis e Balanço Social 2020; (b) cronograma para exame das Demonstrações Contábeis, minuta do Relatório, entrega do Relatório final, e auditoria do Balanço Social. Explicaram que serão testados, tendo em vista o volume das transações, complexidade das atividades e materialidade, os seguintes itens do Balanço Patrimonial: (a) Ativo



Circulante (caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros recebíveis, adiantamento de salários e congêneres, outros créditos e estoques); (b) Ativo Não Circulante (clientes e outros recebíveis, depósitos judiciais e recursais, convênios operacionais); (c) Passivo Circulante (fornecedores, operações de arrendamento mercado financeiro, pessoal e encargos sociais a recolher, provisões trabalhistas, impostos, taxas e contribuições a recolher, contas a pagar, Programa de Participação nos Resultados – PPR); (d) Passivo Não Circulante (garantias contratuais, operações de arrendamento mercado financeiro, contas a pagar, convênios operacionais, provisões para contingências, provisões para benefícios a empregados); (e) Patrimônio Líquido (capital social; reservas de reavaliação).

Em relação aos itens significativos para análise na Demonstração de Resultados, destacaram: (a) Receitas (transporte ferroviário; convênio SBE com repasse financeiro a menor; subvenção); (b) Custos dos serviços prestados (pessoal; serviços de terceiros: limpeza e conservação; vigilância; manutenção; energia elétrica de tração); (c) provisões (contingências e benefícios a empregados); (d) depreciação; (e) despesas administrativas (pessoal e serviços de terceiros); (f) sistema de bilhetagem eletrônica; (g) outros serviços de terceiros e; (h) receitas e despesas financeiras líquidas.

Os auditores independentes apresentaram como principais assuntos de auditoria : (a) provisões de perda (PCLD e, impairment); provisões e contingências (CPC 25()); provisão para passivo atuarial (CPC 33); receitas tarifárias; trens em operação e peças sobressalentes não registradas no imobilizado; imobilizado em uso/andamento; contabilização da transferência para a Linha Lilás do Metrô; Denúncia Criminal pelo Ministério Público (GEDEC – PIC-GEDEC/MP-SP nº 07/2014); lançamentos manuais e; seguros não contratados.

A Sra. Eliane Resmini (Russell) informou, ainda, sobre a metodologia de trabalho, materialidade aplicada, procedimento de análise e amostragem.

Síntese dos comentários e recomendações do CAE: O CAE reforçou para a auditoria independente (Russell) a necessidade e relevância da presença do sócio responsável nas reuniões do Comitê e atenção para o cumprimento dos prazos, em especial, na disponibilização tempestiva de documentos para análise. Solicitou, adicionalmente: (i) apresentação do atuário responsável da Russell sobre a condução dos trabalhos da auditoria sobre o passivo atuarial e; (ii) disponibilização de relatório sobre os pontos pendentes na medida em que forem finalizados.

3.2 – Auditoria Interna

Convidados:

- Juliana Stark
- Erika Aparecida Siqueira Nanci
- Silas Alexandre de Souza

Documentos disponibilizados:

- Relatório de Atividades DRAU – até 10.02.2021;
- Rel 58120 – Contrato PRODESP – complementação de informações;
- Rel 58321 – Validação PPR 2020.

A Sra. Juliana fez apresentação do relatório de Auditoria Interna (DRAU) que foi analisado e discutido pelo CAE. O CAE observou que o Relatório apresentou melhorias, aderentes às sugestões anteriores do Comitê, em especial no que concerne ao incremento de informações para os usuários.

Sobre o PPR – Programa de Participação nos Resultados, -a Sra. Juliana apresentou o Atestado dos Resultados dos Indicadores Corporativos do Programa de Participação nos Resultados 2020, informando que: a auditoria interna faz o recálculo, todas as informações são disponibilizadas por meio do Programa MIX e que, a aferição dos indicadores é realizada em bases anuais. Após a apresentação, o CAE solicitou que sejam acrescidos os itens que compõem o PPR.

O CAE questionou, também, o fato da Auditoria Interna, tratar do assunto PPR, uma vez que os funcionários da Auditoria também recebem o PPR. A Sra. Juliana Stark (DRAU), informou que a atuação da auditoria interna é obrigatória nos termos do Decreto 59.598/2013 (Dispõe sobre a implementação, nos termos do inciso XI do artigo 7º da Constituição Federal, e da Lei Federal nº 10.101, de 2000, de Programas de participação nos lucros ou resultados no âmbito das empresas controladas pelo Estado e dá providências correlatas). Adicionalmente, mencionou que a auditoria independente efetua a validação dos indicadores.

Em relação à complementação das informações referentes ao contrato com a PRODESP, após a apresentação da Sra. Juliana, o CAE manifestou sua preocupação em relação aos valores pagos e em relação à identificação dos riscos, reforçando a necessidade de que seja estabelecido na Companhia um processo claro e formalizado para avaliação de Transações com Partes Relacionadas, abrangendo a GRI, Auditoria Interna, Contabilidade e Jurídico. A Sra. Juliana citou que é elaborada uma cotação dos valores com outras empresas de mercado para fazer a precificação.

Síntese dos comentários e recomendações do CAE: O CAE reconhece os esforços da equipe da auditoria interna em aprimorar seus relatórios e recomenda a busca constante por melhoria na qualidade da informação visando atender os usuários da Companhia. Em relação à contratação da PRODESP, o CAE reforça a necessidade de estabelecer na Companhia, conforme já abordado com a GRI, durante a elaboração da política, processos claros e formalizados para tratamento de Transações com Partes Relacionadas, abrangendo contratação, alçadas, aprovações, controles internos e evidenciação, em atendimento aos normativos legais. Em virtude de sua relevância, o CAE considera necessária a emissão de Parecer Jurídico sobre o tema.

3.3 – Provisões, passivos contingentes e depósitos decorrentes de processos administrativos e judiciais ; Juliana Stark;

Convidados:

- Maria Eduarda Ferreira Ribeiro do Valle Garcia (DRJT – Departamento Jurídico Contencioso Trabalhista)
- Juliana Stark (DRAU – Departamento de Auditoria)
- Marli Cândido Dutra (DFSC – Departamento de Contabilidade e Custos)
- Ivone Ferraz Anacleto (GFS – Gerência de Controle Fiscal e Contábil)

Documentos disponibilizados:

- Apresentação – Passivos Contingentes – Eventos Jurídicos e Eventos Administrativos

A Sra. Marli (DFSC – Contabilidade) e a Sra. Ivone (GFS) explanaram sobre o tratamento contábil de provisões e passivos contingentes (CPC 25) para o exercício de 2020. Em síntese, explicaram que as premissas para a classificação das ações segundo o risco de perda (provável, possível ou remota) são validadas em conjunto com

o Jurídico da Companhia e mencionaram que ações com perda provável, na fase judicial de Execução, são reconhecidas no passivo circulante, enquanto as demais são reconhecidas no passivo não circulante.

O CAE questionou se o valor de IPTU está incluso nas ações contingenciadas e a Sra. Marli informou que o valor correspondente a aproximadamente a R\$143 milhões de IPTU não foi incluído.

A Dra. Maria Eduarda(Jurídico) apresentou síntese dos processos judiciais e administrativos da CPTM, destacando sua natureza, estimativa de risco e montante de perdas e depósitos judiciais. Em síntese, os principais aspectos abordados foram:

(a) Grupo de Trabalho: Pleito Administrativo – Contrato nº. 831816301100 – Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda. – Objeto: Manutenção preventiva e corretiva em 48 trens – série 2100 no montante de R\$ 1.508.082,71.

(b) As ações cíveis abrangem pedidos de indenização decorrentes de acidentes com passageiros transportados pela Companhia, de incidentes ocorridos no leito férreo e de execuções fiscais. Informou que a maior parte das ações que a CPTM perde está relacionada aos acidentes, tais como queda no vão. Já com relação a atos de terceiros, a justiça entende como excludente de responsabilidade (caso fortuito externo).

(c) as ações trabalhistas abrangem funcionários aposentados da FEPASA que ajuízam ações contra o Estado e a CPTM; funcionários da própria CPTM e terceirizados. Nas ações de funcionários aposentados da FEPASA a CPTM atua essencialmente como um agente do Governo do Estado de São Paulo, de modo que os desembolsos efetuados nessas ações são reembolsados pelo Governo. As ações que envolvem empregados da própria CPTM normalmente estão relacionadas a pedidos de pagamento de diferenças de remuneração (horas extras, diferenças de verbas rescisórias pagas a empregados aposentados, adicionais de periculosidade, insalubridades etc.). Para os casos de terceirizados, quando há contratos vigentes, a CPTM faz a glosa dos valores no faturamento, pagos pela Companhia. Adicionalmente, informou a Sra. Maria Eduarda que a maioria das ações são oriundas da área operacional e que houve uma redução no número de ações trabalhistas.

(d) depósitos vinculados aos processos são de natureza recursal (para garantir a interposição de recursos trabalhistas) judicial (para garantir a efetividade da decisão judicial, antecipadamente à finalização da ação, em caso de cumprimento provisório de sentença pela parte vencedora; para garantir o juízo para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença ou oposição de embargos à execução; para suspender a elegibilidade de créditos previdenciários e tributários, de modo a evitar CADIN e possibilitar expedição de Certidões. No caso dos recursais, caso seja confirmada a condenação, o valor do depósito pode ser descontado do crédito do reclamante ou devolvido à Companhia no final do processo. Já nos judiciais, em caso de êxito da empresa, o valor é por ela soerguido, na proporção do êxito obtido.

Síntese dos comentários e recomendações do CAE: O CAE reconheceu o empenho das equipes da Contabilidade e do Jurídico de melhorar a análise do risco de perda nos processos judiciais e sua mensuração, atendendo à recomendação anterior do CAE. Recomenda, em virtude do elevado número de processos e seu impacto no passivo da CPTM: (i) melhoria contínua na análise do risco decorrente dos processos judiciais e administrativos, bem como sua contabilização; (ii) comunicação tempestiva e eficaz com as diversas áreas da Companhia para evitar ações futuras (por exemplo, horas extras,

acidentes etc.) e; (iv) suporte à Diretoria na análise de viabilidade na contratação de seguro para reduzir as perdas.

O CAE recomendou à Sra. Maria Regina (GRJ – Gerência Jurídica) que a Denúncia Criminal deverá ser tratada junto a Auditoria.

3.4 – Cálculo atuarial, Impairment e PCLD nas Demonstrações Contábeis de 2020

Convidados:

- Gilsa Eva de Souza Costa (DF – Diretoria Administrativa e Financeira)
- Ivone Ferraz Anacleto (GFS – Gerência de Controle Fiscal e Contábil)
- Marli Cândido Dutra (DFSC – Departamento de Contabilidade e Custos)
- Francisco Carlos dos Santos (DFSC – Departamento de Contabilidade e Custos)
- Juliana Stark (DRAU – Departamento de Auditoria)

Documentos disponibilizados:

- RD 15676 – EPCLD;
- Apresentação - Demonstrações Contábeis 2020 - Estimativas de perda de liquidação duvidosa EPCLD - Pronunciamentos contábeis: CPC's 48, 16 e 01
- RD 15658 - Impairment

A Sra. Marli (Contabilidade), informou que as Demonstrações Financeiras de 2020 serão enviadas para apreciação no dia 01/03/2021.

Com relação a questão atuarial, Sra. Marli informou que foi contratada uma empresa que já prestou anteriormente serviços à Companhia para efetuar os cálculos do passivo atuarial.

A Sra. Marli fez uma exposição sobre as premissas adotadas para mensuração da provisão para perdas esperadas (PCLD) nos recebíveis. O CAE solicitou esclarecimentos adicionais em relação às premissas adotadas.

Sobre impairment dos ativos imobilizados, a Sra Marli e o Sr. Francisco: (a) informaram que as obras de arte foram incluídas no teste de impairment; (b) apresentaram Nota Técnica sobre o Teste Impairment – Procedimentos e Resultados 2020 – Redução ao Valor Recuperável dos Bens do Ativo Imobilizado; (c) explicaram que, em conformidade com estudo técnico de consultoria contratada pela Companhia, o teste de impairment considera todos os ativos imobilizados da CPTM como uma única UGC – Unidade Geradora de Caixa (CPC01). Unidade Geradora de Caixa, por entenderem que os itens da estrutura ferroviária não conseguem operar e, conseqüentemente, gerar entradas de caixa independentes, sem que o resto da estrutura ferroviária também esteja em condições operacionais e; (d) concluíram que, aplicados os pronunciamentos CPC 01 – Redução do Valor Recuperável e CPC 27 – Ativo Imobilizado, não há evidência de impairment para o ativo imobilizado em 2020, dado que o valor recuperável da UGC (R\$ 13.940.628) é maior que aquele evidenciado em sua escrituração contábil (R\$ 6.854.533) na data base de 31/10/2020.

Síntese dos comentários e recomendações do CAE: Em virtude do montante significativo e de suas especificidades técnicas, foi solicitada pelo CAE uma apresentação sobre os cálculos do passivo atuarial pela empresa contratada. O CAE alertou, ainda, para a relevância das perdas esperadas (PCLD) nos recebíveis, em especial, pelos possíveis efeitos da pandemia de COVID-19 nas estimativas.

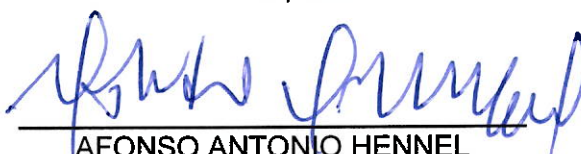
recomendando sua evidenciação mais detalhada no Relatório da Administração e nas Notas Explicativas. Sobre o teste de impairment dos ativos imobilizados, o CAE solicitou o envio do documento da consultoria que é utilizado pela equipe para embasar a metodologia adotada.

4 - Pendências:

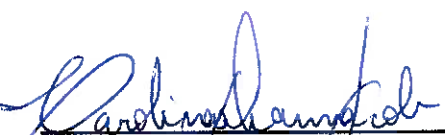
PENDÊNCIAS	
Assuntos	Responsável
Apresentação do atuário responsável pela condução dos trabalhos da auditoria sobre o passivo atuarial.	Russell (auditoria independente)
Apresentação das premissas e os cálculos do passivo atuarial pela empresa contratada pela CPTM.	Contabilidade
Parecer técnico da consultoria contratada sobre teste de impairment do ativo imobilizado.	Contabilidade

NADA MAIS havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata.


 ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT
 Coordenadora


 AFONSO ANTONIO HENNEL
 Membro


 SILVERIO CRESTANA
 Membro


 CAROLINA VILELA SANTORO DE
 CASTRO VIANNA JACOB
 Secretária